

Montenegro, Solverde e Rádio Popular: A Promiscuidade Entre Política e Negócio

Publicado em 2025-03-27 23:55:03



Num país que há décadas se debate com a descredibilização da classe política, a história repete-se como farsa. O caso Montenegro – e as suas ligações familiares a empresas como a **Solverde** e a **Rádio Popular** – representa tudo aquilo que mais fere a confiança dos cidadãos: a opacidade, os conflitos de interesse e a sensação de impunidade.

Enquanto o país atravessa sucessivas crises sociais, económicas e éticas, os políticos que deveriam ser o exemplo maior de integridade e serviço público parecem antes dedicados à arte de se servirem do Estado — não de o servirem. A ligação da empresa **Spinumviva**, da família do então primeiro-ministro Luís Montenegro, a contratos de avença com empresas privadas poderosas como a Solverde (concessionária

de jogo) e a Rádio Popular (retalhista de grande escala), gera legítimas suspeitas de tráfico de influências, mesmo que a legalidade formal seja esgrimida como escudo.

A questão que se impõe não é apenas legal, é profundamente ética. É aceitável que um chefe de Governo mantenha relações de proximidade com empresas que contratam os serviços da sua empresa familiar? É possível exercer o cargo de primeiro-ministro, ou mesmo de deputado, com imparcialidade quando se está inserido em redes económicas que beneficiam do status político?

A resposta é clara: **não**.

A Solverde, com ligações conhecidas a figuras da elite política, pagava uma avença mensal de **4.500 euros** à empresa dos Montenegro. A Rádio Popular, por sua vez, recusou-se a revelar o montante da avença, embora se saiba que é substancial. A desculpa de que a sociedade foi passada para os filhos do primeiro-ministro — um deles ainda menor de idade — é um insulto à inteligência dos cidadãos. Esta manobra é um clássico expediente jurídico para contornar responsabilidades, sem nunca cortar verdadeiramente os laços de controlo e benefício.

O problema vai muito além de Montenegro. Este caso expõe uma **rede de favores mútuos, conivências silenciosas e um sistema político capturado** por interesses privados. É também um reflexo de uma **democracia frágil e capturada**, onde os cidadãos já não acreditam que os líderes governam para o bem comum. E como sempre, os principais lesados são os portugueses, que pagam impostos pesados, vivem com serviços públicos em colapso e observam com impotência os “negócios da política”.

Este não é um episódio isolado. É parte de uma longa história de **promiscuidade entre o poder político e económico**, que enfraquece o regime democrático. Por isso, cada vez que um anúncio da Solverde aparece, ou se ouve uma promoção da Rádio Popular, para muitos cidadãos, ecoa um incómodo sussurro: **“Mais um cliente especial do regime.”**

Se Portugal quiser sair do pântano da mediocridade e da corrupção, **precisa de líderes limpos, com ética, coragem e um compromisso verdadeiro com a verdade e a justiça**. E o primeiro passo é reconhecer que a democracia não se defende com discursos — mas com ações e integridade.

[Francisco Gonçalves](#)

Créditos criativos para OpenAI e chatGPT (c)